# ATA Nº 136

## Assembleia-Geral Ordinária

## 23 de março de 2013

Aos vinte e três dias do mês de março de dois mil e treze realizou-se, em segunda convocatória, a Assembleia Geral Ordinária da Federação de Ginástica de Portugal (FGP), que teve lugar na sua sede, sita na Estrada da Luz, nº 30-A, em Lisboa, pelas 12.00 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**Um** – Apreciação e votação da Ata nº 134, da Assembleia Geral de 10 de novembro de 2012;

**Dois** – Apreciação, discussão e votação do Relatório de Atividades e Contas de 2012;

**Três** – Assuntos diversos, não sujeitos a deliberação, com relevância para discussão em Assembleia Geral.

A Assembleia Geral foi declarada aberta pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral (AG), Francisco Sousa Coutinho, após verificação do quórum de funcionamento, nos termos legais e regulamentares.

**Um – Apreciação e votação da Ata nº 134, da Assembleia Geral de 10 de novembro de 2012**

O Delegado José Augusto Dias solicitou uma clarificação relativa à sua intervenção sobre a Providência Cautelar.

O Delegado Paulo Chora solicitou uma alteração à sua intervenção sobre a interpretação à não aplicação da limitação de mandatos e à não recandidatura do Presidente da Assembleia Geral, José Manuel Araújo.

Face ao não registo de qualquer pedido de alteração do Projeto de Ata por parte dos restantes Delegados presentes nem dos Delegados Henrique Galinha ou Nuno Aniceto (os quais, através de e-mail, haviam informado o Presidente da Mesa da Assembleia Geral que o iriam fazer), e após a introdução das retificações anteriormente solicitadas, a Ata nº 134 foi **aprovada por maioria**, com 20 votos a favor e 1 abstenção.

**Dois – Apreciação, discussão e votação do Relatório de Atividades e Contas de 2012**

O Presidente da FGP, João Paulo Rocha, fez uma exposição do documento a discutir e aprovar. Começou por agradecer à Direção da Federação, e em particular à Sandra Vieira, Ricardo Antunes e Luís Caetano nos aspectos operacionais. Sem prejuízo da leitura completa do Relatório de Atividades, realçou alguns aspetos, nomeadamente a caracterização de filiados

das diversas disciplinas, os Programas de Apoio aos Treinadores de Alto Rendimento, de Apoio ao Apetrechamento aos Clubes e de Apoio à Organização de Torneios Internacionais, o Projeto Ginástica Solidária, o Eurogym, o Flic Flac, e as ações de formação da Escola Nacional de Ginástica. Referiu também a evolução dos indicadores financeiros ao longo dos últimos anos, a autonomia financeira, e os resultados positivos e negativos apresentados. De uma forma geral, descreveu, um a um, os vários itens constantes do Relatório de Atividades. Para terminar a sua apresentação, realçou os bons resultados desportivos obtidos internacionalmente em Ginástica Artística Masculina, Artística Feminina, Acrobática, TeamGym, Aeróbica e Trampolins.

A Delegada Jenny Candeias detetou no Relatório diferenças entre o número de filiados e atletas federados, diferenças nos critérios de contabilização de ginastas e clubes presentes nas competições, e a utilização de terminologias e abordagens distintas em cada disciplina, que no seu entender podem induzir em erro a interpretação dos dados.

O Presidente da FGP agradeceu a análise minuciosa da Delegada Jenny Candeias e esclareceu que a diferença de nomenclaturas será facilmente corrigida. Referiu que, apesar de não fazer parte do relatório, se for entendido útil, poderá ser incluído o quadro do número de filiados que fizeram efectivamente parte das competições e eventos, e os que neles não participaram, desagregado por escalões etários, chamando a atenção para o facto do documento ser público e enviado ao IPDJ. Justificou ainda porque não estão diferenciados os aparelhos de Trampolins, uma vez que se trata da mesma disciplina, da mesma forma que não o estão na Ginástica Artística. Algumas desconformidades detetadas serão também alteradas na redação final do Relatório.

O Delegado José Ferreirinha congratulou-se pela uniformização entre as diferentes disciplinas apresentada no Relatório, relativamente ao que acontecia em anos anteriores, o que permite comparações, apesar de algumas diferenças de terminologia utilizada, tais como foram referidas pela Delegada Jenny Candeias. Comentou a utilização do termo de Divisão de Base como sendo depreciativo para os atletas. Questionou quais são as medidas que estão pensadas para as designadas "janelas alternativas" mencionadas no Relatório, e mencionou alguns pequenos lapsos de terminologia e digitação. Perguntou em que consiste o Plano de Desenvolvimento de Carreira, e considerou que a existir, deveria ser transversal a todas as disciplinas da Ginástica. Perguntou de que forma a Federação poderá apoiar as associações na realização de competições, apresentando como exemplo a necessidade de juízes na Associação de Ginástica do Norte.

A Delegada Joana Carvalho deu os parabéns à Direção pelo Relatório, que lhe esclareceu algumas dúvidas.

O Delegado Ramiro Fernandes congratulou a Direção pela qualidade do Relatório, realçando a diferença relativamente a Relatórios apresentados anteriormente. Saudou também a Federação pela prioridade que tem dado aos ginastas, treinadores e clubes. Declarou que vai aprovar o Relatório, sugerindo apenas algumas pequenas correções ao documento. Destacou a importância dos ginastas juniores em qualquer que seja a disciplina e solicitou esclarecimento quanto aos valores dos gastos de Alto Rendimento e Seleções Nacionais.

O Presidente da FGP agradeceu os elogios feitos ao trabalho da Direção, e manifestou total concordância com os comentários do Delegado José Ferreirinha, que serão tidos em conta. Quanto ao Plano de Desenvolvimento de Carreira, esclareceu que se trata da definição em cada uma das etapas do desenvolvimento de quais os requisitos que têm de estar presentes para o cumprimento dos objetivos a atingir. Quanto ao pedido de esclarecimento do Delegado

Ramiro Fernandes, informou que os valores dos rendimentos das Competições Mundiais de Escalões por Idade estão na rubrica "Inscrições, Competições e Eventos".

A Delegada Joana Carvalho referiu que gostaria de ver referido o nome dos juízes de Ginástica Artística Feminina que fizeram o curso intercontinental de juízes de 2012, por uma questão de igualdade de critério, ao que o Presidente da FGP considerou ser justo, e que irá ser considerado.

O Delegado António Agostinho teceu pequenos comentários de pormenor e considerou-se satisfeito com a apresentação das contas do documento.

O Delegado José Augusto Dias pediu esclarecimentos quanto ao facto de ter existido um défice tão baixo após a Gymnaestrada de 2003, e, no seguimento da observação do Delegado José Ferreirinha, realçou a importância do Plano de Desenvolvimento de Carreira, que considerou tratar-se mais de um "plano de orientação", enquanto ferramenta de formação dos novos técnicos.

O Presidente da FGP esclareceu que não se tratou de um défice baixo durante o ano de 2003, mas sim de alguns défices durante os 3 anos seguintes, e remeteu o esclarecimento para a leitura dos Relatórios desses anos.

A Delegada Alda Corte Real realçou, relativamente ao Programa de Desenvolvimento, a sua importância não só para os ginastas da primeira divisão mas para todos os ginastas, mesmo os da divisão base, e sugeriu uma actualização do programa que está a ser implementado agora. Destacou o decréscimo no número de ginastas de Ginástica Artística Feminina, e associou esse facto com a eventual impossibilidade do programa em permitir a sua progressão, pelo que será importante uma reflexão sobre o assunto.

O Presidente da FGP comentou que, apesar da ligeira baixa de filiados de Ginástica Artística Feminina, o número de ginastas total que participou em competições aumentou significativamente.

A Delegada Jenny Candeias referiu que as considerações sobre o Relatório apenas foram feitas por reconhecer nos seus autores condições e empenho em tirar dele o máximo rendimento. Manifestou preocupação pelo caráter subjectivo do Relatório, principalmente tendo em atenção que este irá ser lido por outras entidades exteriores à Ginástica. Poder-se-á trazer grandes melhorias se se substituir os conceitos latos existentes por termos concretos, e eliminar as constantes manifestações de intenção, que considerou não deverem constar do documento.

A Delegada Sónia Dias Ferreira concorda com a opinião da Delegada Jenny Candeias, no que considerou expressões demasiado emocionais para constarem num Relatório.

O Delegado Pedro Almeida solicitou esclarecimentos quanto às verbas que são entregues às associações, e qual o critério para a sua atribuição, uma vez que existem associações que recebem dinheiros e não organizam quaisquer actividades nas diferentes disciplinas. Considerou ainda que se as referidas verbas não forem utilizadas para apoiar os atletas e treinadores, não faz sentido ponderar o seu aumento, mas sim reformar o modo de financiamento, para que os dinheiros sejam bem direcionados.

O Delegado José Augusto Dias perguntou à Direção se analisa os Relatórios e Contas das associações, e se vai apresentar um novo Plano Orçamental com base nesses relatórios.

O Presidente da FGP mencionou os vários problemas da distribuição de verbas pelas associações no passado, desde dotações muito reduzidas, pagamentos que não foram efetuados durante muitos anos, e disparidades entre associações, o que levou a Federação a estabelecer critérios de financiamento e estabelecer uma plataforma mínima de financiamento. Este conjunto de regularizações demora tempo a ser implementado e ainda não está concluído. A Federação terá acesso aos Relatórios e Contas das associações, que poderá dar a conhecer aos Delegados à medida que vão sendo recebidos, mas chamou no entanto a atenção para o facto das associações serem entidades privadas e portanto autónomas, obrigadas apenas pelos seus sócios. Referiu também a autonomia das associações quanto à subscrição do projecto de gestão da FGP, e que até à data ainda nenhuma apresentou qualquer proposta.

O Delegado Pedro Almeida saudou a Ginástica Artística Feminina e a estratégia da sua treinadora por ter apostado numa disciplina (salto) que, a nível olímpico, é evitado por muitos países para se resguardarem de lesões, e o 15º lugar obtido pela ginasta Zoi Lima nos Jogos Olímpicos tem de ser valorizado pelo IPDJ, pelo Comité Olímpico e pelo impacto que este Relatório tem.

O Delegado Igor Ferreira manifestou preocupação pelo facto de no TeamGym não se verificar um maior cuidado na escolha das datas para as competições, nomeadamente no Campeonato Nacional de TeamGym, dado que na sua opinião a reduzida antecedência no agendamento das competições leva a que se registe a ausência de alguns clubes, ginastas e juízes, com a consequente diminuição da qualidade competitiva.

Em resposta ao Delegado Igor Ferreira, o Presidente da FGP começou por referir que o adiamento do Campeonato Nacional de TeamGym se deveu ao facto do clube que o deveria organizar ter recusado fazê-lo com uma semana de antecedência, por discordar com a existência de bilheteira, que foi divulgada 5 meses antes. Considerou que o TeamGym possui um potencial de desenvolvimento enorme que pode ser um instrumento muito importante para o desenvolvimento da prática da ginástica, mas que deve ser adequado às atuais capacidades da comunidade gímnica, pelo que se deverão fazer alguns ajustes na sua qualidade. Referiu ainda que, por um conjunto de circunstâncias infelizes, o campeonato teve um nível de qualidade muito baixo.

O Delegado Paulo Chora manifestou que gostaria de ver plasmado no Relatório o quadro exibido na apresentação do Presidente da FGP, com as percentagens de participações por disciplina dos ginastas em eventos organizados pelas associações. Solicitou também que o texto final do Relatório que irá ser aprovado e enviado ao IPDJ, após as correções identificadas, pudesse ser enviado por e-mail para os Delegados. Referiu por fim que será natural que as associações ainda não tenham respondido ao documento distribuído pela Federação, na sequência da reunião em Sangalhos, dado nos encontrarmos no período auge do Quadro Competitivo, com a preparação das Assembleias Gerais e os Relatórios e Contas.

O Delegado Carlos Lopes questionou o baixo valor de participação dos ginastas de Ginástica Para Todos (23%) apresentado no quadro referido anteriormente, ao que foi esclarecido que os valores se referem apenas a eventos organizados pela Federação.

O Delegado António Agostinho perguntou se haveria alguma previsão quando ao Orçamento de 2013 relativamente ao fecho de contas de 2012.

O Presidente da FGP informou que as negociações ainda não estão fechadas, mas que prevê um corte por parte do IPDJ, à semelhança do que já aconteceu com outras federações.

Após concluída a apresentação de questões e prestação dos respetivos esclarecimentos, procedeu-se à votação do Relatório de Atividades e Contas de 2012, que foi **aprovado por unanimidade**, com 21 votos a favor.

**Três – Assuntos diversos, não sujeitos a deliberação, com relevância para discussão em Assembleia Geral**

O Delegado Pedro Almeida leu um texto que solicitou que ficasse apenso à presente Ata, e que se junta como Anexo 1.

O Delegado José Ferreirinha, falando em nome dos juízes de Ginástica Artística Masculina, pediu à Federação esclarecimento para o facto de se terem passado cerca de 3 semanas desde que foi realizada a prova de dia 23 de fevereiro – Taça de Portugal, até terem sido reembolsados das suas despesas, mesmo depois de terem apresentado todos os documentos comprovativos das mesmas, manifestando o desagrado para o facto de que nenhuma explicação tenha sido dada para tal atraso.

A Delegada Joana Carvalho na qualidade de juiz e de treinadora, referiu que o recente Código de Pontuação Adaptado de Ginástica Artística Feminina, apesar de elaborado por uma comissão técnica responsável, poderia ter sido acompanhado de uma consulta aos treinadores e juízes mais experientes, para darem o seu contributo. Da sua leitura detetou algumas falhas, nomeadamente de falta de rigor técnico, exigências que vão contra o que está estipulado no Código FIG e incongruências nas atribuições dos valores adicionais.

O Delegado Manuel Campos, em representação dos atletas da Ginástica Artística Masculina, felicitou a Federação por lhes dar a oportunidade de poder discutir o Regulamento das Bolsas, mas não se mostrou inteiramente satisfeito com a mesma, pois considerou que deveria criar condições para os atletas apostarem numa carreira desportiva, criar condições para que pudessem trabalhar por objetivos, e poder premiar os melhores. Saudou a FGP por ter conseguido uniformizar o Regulamento para todas as modalidades, mas considerou que a GAM ficou prejudicada, porque o documento está direccionado para atletas mais jovens, mas para aqueles que terminaram os seus cursos e têm que entrar no mercado de trabalho não oferece as melhores condições para poderem prolongar a sua carreira desportiva. Sugeriu assim uma alteração do Regulamento no final do ano. Para que todos pudessem ter uma imagem do que se passou na reunião que juntou os atletas, informou que a mesma demorou cerca de 4 horas, mas discutiu-se pouco o essencial e muito sobre as diferenças entre modalidades, pelo que foi pouco construtiva. Comunicou ainda que, nessa reunião sugeriu que os atletas com mais de 23 anos poderiam ganhar uma subvenção de 50% do valor da bolsa para poderem apostar nas suas carreiras, e que a Federação pudesse obter protocolos com empresas para poderem encaminhar esses atletas para um primeiro emprego, ou obter acordos para trabalho parcial compatível com um horário de treino.

O Presidente da Mesa recordou que após a elaboração de um regulamento pela Direção, os Delegados têm um período previsto de 30 dias para poderem apreciá-lo e discuti-lo.

O Delegado José Augusto Dias salientou que a intervenção do Delegado Pedro Almeida deverá ser apensa à ata para futura invocação, caso venha a ser necessário. Isso garantirá que todos os Delegados terão acesso a essa informação, mesmo os que não estiveram presentes na actual AG. Fez ainda uma referência para que seja tomada boa nota do que o Delegado Manuel Campos acabou de referir.

O Delegado Paulo Chora apresentou uma nota para reflexão futura, face à diminuição da percentagem de financiamento estatal no funcionamento da Federação obrigar a colocar as entidades privadas como grandes parceiros do financiamento através não só dos patrocínios mas fundamentalmente das parcerias estratégicas, onde essas empresas têm muito para contribuir.

O Presidente da FGP esclareceu o atraso dos pagamentos aos juízes com uma restruturação da área financeira da Federação e um pagamento a um só tempo, o que, admitiu, irá tentar que não se repita para não prejudicar pagamentos mais antigos. Quanto ao Regulamento de Bolsas referido pelo Delegado Manuel Campos, recordou que antigamente existiam diversos regulamentos e distintos critérios para as várias disciplinas. Para além disso, existem condicionantes à atribuição de bolsas, decorrentes da dimensão da Federação, e limitações legais, o que poderá colidir com a sugestão apresentada. Salientou a participação do processo de revisão deste Regulamento, e considerou que futuramente, com dados concretos sobre as verbas despendidas, poder-se-á reflectir sobre a sua aplicação. Quanto às divergências evidenciadas na reunião que referiu, considerou normal no processo de amadurecimento da união das disciplinas sob uma só Federação, tendo terminado a sua intervenção.

Estiveram presentes 21 (vinte e um) Delegados, conforme lista de presenças assinada por todos, anexa à presente Ata e que dela faz parte integrante.

Nada mais havendo a tratar, foi a Assembleia Geral declarada encerrada pelas 16.00 horas.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Francisco Sousa Coutinho

# ANEXO 1 À ATA Nº 136

Reflexão Sobre o Estado da Ginástica

Limites!...

Sou treinador de Ginástica Artística Masculina, delegado nesta Assembleia em representação desta classe profissional, ex-ginasta, juiz, desde sempre adepto incondicional de Ginástica em todas as suas vertentes e sempre acreditei que a junção de TODAS as disciplinas da Ginástica numa única federação, num cenário de progressiva RETIRADA FINANCEIRA DO ESTADO DO DESPORTO, seria um caminho positivo para todos.

Contudo, e independentemente da minha opinião expressa ser consubstanciada por princípios económicos (massa crítica), importa dizer que há LIMITES no que ao facto de sermos muitos possa ser considerado uma vantagem.

Para ilustrar esta minha convicção recordo que na última década, a FPG e FPTDA separadas tinham no seu conjunto cerca de 2 milhões de euros de financiamento do estado. Hoje, a FGP que representa os dois universos, deverá ter cerca de 1 milhão e 200 mil e creio, que daqui por 5 ou 10 anos esse financiamento será ainda menor. Certamente que ninguém terá dúvidas quanto a esta realidade.

A vantagem de sermos muitos, que penso ser o caminho que estamos a trilhar e que considero ser um caminho válido para o sucesso, implica sermos unidos, solidários, termos objetivos comuns e respeitarmo-nos uns aos outros. Numa lógica empresarial revejo o projeto do GCP como um excelente exemplo a seguir.

Infelizmente, e é com mágoa que o digo, aquilo que se verificou desde novembro passado, não tem sido um bom exemplo daquilo que deve estar na génese de uma Federação Desportiva que se diz, e que pretende ser multidisciplinar.

A polémica da bilheteira com a necessidade de uma intervenção da polícia, entradas forçadas, um sequestro inadmissível do mundo virtual na página do Facebook da FGP para, na sua fase final, resvalar para insultos à GAM,...

Este sentimento relativo à GAM, já o tinha sentido na discussão do orçamento na última AG (novembro) na qual se pretendeu desvalorizar o trabalho da GAM que, com total mérito, teve a melhor década de sempre na história da FGP.

Esse sentimento continuou na forma como decorreu a discussão do regulamento de Bolsas e Prémios (janeiro), este apenas num âmbito de comissões técnicas e de ginastas, onde se atacou os ditos "privilégios" da GAM, esquecendo-se o percurso e as obrigações que justificaram esses apoios.

Face a esta minha reflexão, que é comum a outros colegas e ginastas não quero deixar de recordar alguns factos recentes, que considero importantes para a memória coletiva desta instituição e que deverão estar sempre presentes para que nunca mais voltem a acontecer:

Ponto 1: 16 fevereiro de 2010 – FIG decreta suspensão da FGP por incumprimento financeiro da FPTDA, que inviabilizou a participação desportiva de toda a comunidade gímnica durante uma semana em que, só após a apresentação de uma garantia bancária essa suspensão foi levantada;

Ponto 2: outubro de 2010 - Viabilização por parte da FGP da participação no Campeonato do Mundo de Trampolins, sem a prévia integração desportiva e institucional das disciplinas de Trampolins e Desportos Acrobáticos na FGP, comprovando logo aí a existência de um respeito pelas disciplinas tuteladas pela FPTDA, em especial aos praticantes e restantes agentes;

Ponto 3: novembro de 2010 - Encerramento da FPTDA por insolvência financeira e ausência de acordo com SED e FGP, após 20 anos de um desenvolvimento desportivo assinalável que sempre admirei, mas que funcionou na sua essência com um conjunto de irregularidades institucionais inaceitáveis ao longo da sua história, como a situação do falso médico como Presidente, depois com uma Presidente que alimentava vícios com o dinheiro da ginástica e por fim com gente caloteira que nem os seguros dos ginastas respeitaram;

Ponto 4: janeiro de 2011 - Integração Desportiva das disciplinas de Ginástica de Trampolins e Ginástica Acrobática no seio da FGP;

Ponto 5: 22 de maio de 2011 - Decisão soberana da AG da FGP de realizar eleições para os órgãos sociais previstas no Regime jurídico;

Ponto 6 - 1 de julho de 2011 – A FGP é citado na sequência do Procedimento Cautelar resultante do patrocínio da direção da FGP, com a Associação de Ginástica do Distrito de Setúbal, Clubes e personalidades que tiveram uma forte ligação à Federação de Trampolins e Desportos Acrobáticos.

Nesse embuste que foi liderado por pessoas da então Direção da FGP, que não quiseram ter a sensatez e a devida lucidez que era exigida com o novo regime jurídico. Em consequência destes factos as eleições da FGP ficaram adiadas por 6 meses.

Ponto 7 - janeiro de 2012 – Eleição dos órgãos sociais para o mandato intercalar 2011-2012 pela AG eleita de acordo com o RJFD de 2008.

Ponto 8 - dezembro de 2012 e janeiro de 2013 - Após esse episódio triste que envolveu a FGP, e que durou cerca de 8 meses em 2011, quando tudo aparentemente estava a entrar em normalidade com 1 ano de mandato dos órgãos sociais eleitos de acordo com o RJFD, com uma revisão estatutária que se efetuou ainda a tempo de concretizar a integração institucional da Ginástica de Trampolins e Ginástica Acrobática antes dos JO de Londres. Com uma participação nos Jogos Olímpicos que decorreu como seria expectável, comprovou-se que não houve implicações negativas pelo facto de se ter cumprido a lei (realizado eleições).

Ponto 9 – No último trimestre de 2012, realizaram-se as eleições de Delegados da atual AG e a 15 de dezembro do Presidente para o quadriénio 2013 - 2016, onde não houve listas de oposição.

Até novembro de 2012 (cerca de 10 meses), aparentemente parecia que tudo começava a funcionar dentro de uma tranquilidade típica das democracias modernas.

Face aos novos factos referidos nos últimos meses, penso que devemos todos refletir e pensar se queremos ou não, levar com sucesso este projeto, que se iniciou em 1950 liderado por José António Marques e que permitiu na altura que a Ginástica Portuguesa fizesse a sua 1ª participação nos JO (Helsínquia 1952). Temos todos, mas mesmo todos, de saber estar e rejeitar de forma veemente os protagonistas que querem estar de forma diferente, e que teimam em promover um clima de guerrilha e intriga permanente.

Na minha opinião pessoal, quem quiser realmente fazer parte deste grande projeto, terá que aceitar que este é gerido por órgãos sociais eleitos, por uma AG legitimada pelos clubes, associações, ginastas, treinadores e juízes de 8 disciplinas e uma área.

Este meu grito é um apelo sincero a esta Assembleia para que TODOS, enquanto líderes e representantes das várias "ginásticas", se comprometam incondicionalmente a ser parte da solução e a ter um papel pedagógico junto daqueles que habitualmente opinam e resolvem os assuntos com emoção exaltando-se e fazendo comentários depreciativos à federação e às várias disciplinas.

Este é o meu compromisso pessoal, para o caso de verificar que surgem comportamentos menos próprios vindos da GAM e dos seus constituintes (treinadores, ginastas e famílias).

Fica o meu compromisso de os elucidar que pertencem agora a uma Federação, com 8 disciplinas e 1 área, com órgãos sociais eleitos de acordo com a lei, com uma Assembleia Geral que os representa e pode discutir democraticamente os seus pontos de vista através dos seus constituintes.

Estes são os LIMITES que proponho que sejam respeitados para podermos TODOS levar este "GRANDE BARCO A BOM PORTO"!

Muito obrigado pela vossa atenção!

Lisboa, 23 de Março de 2013

(Pedro Almeida)